

WORKSHOP DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE – 19-04-2017

RELATÓRIO SÍNTESE

1) Introdução

O presente relatório sistematiza os resultados do Workshop Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente realizado com representantes das Entidades de Classe e Instituições de Ensino Superior no dia 19 de abril de 2017, no auditório do Instituto Jones dos Santos Neves, como desdobramento das reuniões realizadas com os respectivos segmentos nos dias 04 e 06.04.2017, promovendo a integração entre os setores e com isso o fortalecimento do debate conjunto sobre as questões metropolitanas.

2) Metodologia / Desenvolvimento

A atividade foi iniciada com uma fala de boas-vindas da coordenação geral do Plano Metropolitano, que agradeceu a presença de todos e a disponibilidade em mais uma vez contribuir com o debate. Na sequência foi feita uma breve explanação sobre o processo de elaboração, sendo os participantes organizados em um único grupo e convidados a responder algumas questões norteadoras que foram elaboradas para subsidiar o debate:

- a) O que devemos estimular ou desistir para efetivar as vocações da RMGV?
- b) Como desenvolver economicamente a região com qualidade ambiental?
- c) Como direcionar a RMGV para a economia do conhecimento? [O que queremos para a RMG-V?]
- d) O que deve ser considerado no Plano para se garantir os recursos naturais e qualidades ambientais? [Saneamento, áreas verdes, qualidade do ar, paisagem]

A discussão não foi pautada nas questões norteadoras colocadas, a oficina seguiu o debate conforme a dinâmica dada pelos participantes, que optaram por falar dos temas de forma mais ampla.

Pontos que foram debatidos:

- Desenvolvimento econômico x sustentabilidade ambiental: o processo de urbanização não respeita a base biogeofísica.
- É preciso pensar no qual é o conceito de sustentabilidade.

- Sugestão de unificar os processos de licenciamento ambiental em todos os municípios, integrando as informações que permitam identificar os empreendimentos que causem impactos em municípios vizinhos, que a princípio não permitem esta percepção, mas no decorrer do desenvolvimento das atividades esses impactos passam a ser percebidos.
- Integração de informação de todos os municípios: localização das infraestruturas (redes de água, energia, gás), reduzindo, com isso, o retrabalho durante as obras, aumento de duração de obras e consequência negativa para a mobilidade e meio ambiente.
- O meio ambiente deve ser pensado como uma vocação da RMGV, com respeito aos seus limites.
- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): como valorar os serviços ambientais? Estudar a viabilidade de utilizar o PSA como ferramenta de estímulo ao desenvolvimento sustentável nos municípios (ex: fazer um “link com o item de vocação ambiental da RMGV; estimular empreendimentos viáveis economicamente, socialmente e ambientalmente).
- Estratégia de fortalecimento dos municípios - Identidade do ES ajuda a fortalecer a “auto estima”.
- Melhor distribuição de oportunidades considerando as vocações locais, mais tecnologia = polo tecnológico em Vitória.
- Geobases – Integração de diferentes bases, necessária atualização constante dos dados.
- O conceito de Sustentabilidade é uma questão Cultural envolvida mudança de estilo de vida.
- Desenvolvimento como vilão, município com economia frágil – entender economia no futuro (econômica) economia verde.
- Preservação de áreas estratégicas e áreas que possam ser usadas sustentavelmente.
- Conhecer o que os municípios já estão planejando em seus PDMs.
- Ser cidadão metropolitano não significa não valorizar seu município ou bairro, mas entender que ele se encontra no contexto da metrópole e que ele não funciona isoladamente.
- Avaliar se as áreas de interesse ambiental e que são de propriedade particular devem ser desapropriadas ou receber incentivo para preservação ambiental.
- Restringir novos loteamentos em área de preservação ambiental.
- Verificar se as áreas de preservação ambiental que atualmente estão ocupadas devem ser regularizadas por serem consolidadas ou deve-se avaliar se seria viável sua recuperação ambiental, priorizando as áreas de riscos geológicos (ex: deslizamento, soterramento de casas, outros).
- Avaliar a importância de conhecer e verificar a aplicação da nova Norma ABNT*, abaixo apresentada, sobre o desenvolvimento sustentável de comunidades.

* “A ABNT acaba de publicar a norma ABNT NBR ISO 37120:2017 - Desenvolvimento sustentável de comunidades — Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida. Esta Norma define e estabelece metodologias para um conjunto de indicadores, a fim de orientar e medir o desempenho de serviços urbanos e qualidade de vida.

Por que esta norma de indicadores é importante?

Nesta era da urbanização, os indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida, podem ser usados como ferramentas cruciais para os gestores municipais, políticos, pesquisadores, líderes empresariais, planejadores, designers e outros profissionais, para ajudar a garantir que sejam colocadas em prática, políticas que promovam a habitabilidade, tolerância, inclusão, sustentabilidade e resiliência, tornando as cidades economicamente atrativas e prósperas globalmente. As cidades precisam de indicadores para medir seu desempenho, melhorar a qualidade de vida e promover a sustentabilidade.”

Site: <http://www.abnt.org.br/noticias/5103-desenvolvimento-sustentavel-de-comunidades>

3) Considerações

Como encaminhamento ficou acordado que os resultados da discussão em grupo sejam encaminhados aos participantes para que os mesmos possam contribuir com o documento, haja vista que o mesmo será utilizado na reunião de consolidação das atividades realizadas com os respectivos segmentos, agendada para a primeira semana de maio.

FOTOS

